

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 030/12

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - Presidente

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO

DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA

DEPUTADO GEORGE MELO

DEPUTADO BRITO BEZERRA

DEPUTADO JOAQUIM RUIZ

DEPUTADO CÉLIO WANDERLEY

DEPUTADO MARCELO CABRAL

DEPUTADO DHIEGO COELHO

DEPUTADO MECIAS DE JESUS

DEPUTADO ERCI DE MORAES

DEPUTADO NALDO DA LOTERIAL

DEPUTADO FLAMARION PORTELA

DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro
Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

EXPEDIENTE

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Atos Administrativos

Resoluções nº 1771 e 1772/2012 - DGP 2

Errata à Resolução nº 1446/2012 - DGP 2

Resoluções nº 001 a 012/2013 - DGP 2

Atos Legislativos

Ata da 2165ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

SUMÁRIO

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 1771/2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR a ESCALA DE FERIAS, referente ao mês de Dezembro de 2012, dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 28 de Dezembro de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Anexo da Resolução Dezembro nº 1771/2012 Escala de Férias/ALE/RR

NOME	EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM
Adna Maria de Andrade Pereira	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Maria Lisamar Mesquita Barros	2010/2011	10/12/2012	08/01/2013
Edson Gentil Ribeiro de Andrade	2011/2012	26/12/2012	24/01/2013
Leude Prado da Silva	2009/2010	26/12/2012	24/01/2013
Valéria Santos Chaparro	2011/2012	26/11/2012	25/12/2012

RESOLUÇÃO Nº 1772/2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR a ESCALA DE FERIAS, referente ao mês de Janeiro de 2013, do servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 28 de Dezembro de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Anexo da Resolução Novembro nº 1772/2012 Escala de Férias/ALE/RR

NOME	EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM
Cintia Albuquerque Alves Souza	2012/2013	02/01/2013	21/01/2013
Cintia Maria do Carmo Feitosa	2012/2013	02/01/2013	21/01/2013
Cristiane Romênia Fonseca de Almeida	2012/2013	02/01/2013	21/01/2013
Francisca Rodrigues da Silva	2012/2013	02/01/2013	31/01/2013
Niura Cardoso de Souza	2012/2013	02/01/2013	21/01/2013
Sergio Vasconcelos de Macedo	2012/2013	02/01/2013	21/01/2013
Tatiane Rodrigues Bezerra Andrade	2012/2013	10/01/2013	30/01/2013
Aldence Josefa de Melo Albuquerque	2012/2013	14/01/2013	02/02/2013
Even Keila Sales Rebouças	2012/2013	14/01/2013	02/02/2013
Juscineide de Melo Lima	2012/2013	14/01/2013	12/02/2013

ERRATA

RETIFICAMOS, na seção ATOS ADMINISTRATIVOS, publicados no Diário da Assembléia, Edição nº 1481 de 18/12/2012, referente à resolução de exoneração, nº 1446 de 17/12/2011 onde constam incorreções a serem sanadas, referente ao numero da resolução, **Onde consta:** "Resolução nº 1446/2012" **Leia-se** "Resolução nº 1646/2012".

Palácio Antônio Martins, 28 de Dezembro de 2012.

BENVINDA THOME AVELINO

Diretora de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO Nº 0001/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01/01/2013 o servidor, **FRANCIVALDO DE SOUZA LIMA**, para assumir o Cargo em Comissão de Auditor de Controle Interno do RH, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 01/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0002/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01/01/2013 o servidor, **JULIO CESAR MOTTA DE ROSSO**, para assumir o Cargo em Comissão de Auditor de Controle Interno de Gestão, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 01/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0003/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias da servidora **ILDA CARDOSO DA SILVA**, referente ao exercício de 2011/2012, marcadas do período de 02/01/2013 a 31/01/2013, para serem usufruídas no período de 01/04/2013 a 30/04/2013, por necessidade de serviço, conforme Memorando/ALE/CL/002/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0004/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias da servidora **EVANEIDE TIMBÓ BEZERRA RODRIGUES**, referente ao exercício de 2012/2013, marcadas do período de 13/12/2012 à 11/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas no período de 02 a 31/01/2014, conforme Memorando/ALE/GAB.PRES-001/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0005/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias da servidora **FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA**, referente ao exercício de 2012/2013, marcadas do período de 02 a 31/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas em outra data, conforme Memorando/ALE/SUP.ADM-001/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0006/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias da servidora **CRISTIANE ROMENIA FONSECA DE ALMEIDA**, referente ao exercício de 2012/2013, marcadas do período de 02 a 21/01/2013, para serem usufruídas em outra data, por necessidade de serviço, conforme Memorando/ALE/CONTROLADORIA GERAL-/001/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0007/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias do servidor **LUIZ GOMES DA SILVA**, referente ao exercício de 2011/2012, marcadas do período de 02 a 31/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas em outra data, conforme Memorando/ALE/ESCOLEGIS-006/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0008/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias do servidor **ANTÔNIO CLAUDIO CARVALHO THEOTONIO**, referente ao exercício de 2011/2012, marcadas do período de 02 a 31/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas em outra data, conforme Memorando/ALE/CONGE-058/2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0009/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR férias do servidor **ALLYSON BATALHA FRANCO**, referente ao exercício de 2012/2013, marcadas do período de 02 a 31/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas em outra data, conforme Memorando/ALE/CONGE-057/2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0010/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR o usufruto de férias da servidora **BENVINDA THOME AVELINO**, referente ao exercício de 2010/2011, marcadas do período de 02 a 11/01/2013, por necessidade do serviço, para serem usufruídas no período de 01 a 10/02/2013, conforme Memorando/ALE/DGP-001/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0011/2013- DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a servidora **DIRLA LOPES DE ALMEIDA**, para substituir a titular do cargo em Comissão de Diretoria Administrativa, desta Casa Legislativa, no período de 02 à 21/01/2013, por motivo de gozo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/01/2013.

Palácio Antonio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0012/2013- DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Diogenes Santos Porto**, para substituir o titular do cargo em Comissão de Diretor do PROCON, desta Casa Legislativa, no período de 07/01 à 05/02/2013, por motivo de gozo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 14 de Janeiro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2165ª SESSÃO, EM 05 DE DEZEMBRO 2012.
 44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 =ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, realizou-se a segunda milésima centésima sexagésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Senhor Presidente, não há quorum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental e sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 074/12, de 04/12/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 04, 05 e 06 do corrente, por motivo de doença, anexo atestado médico.

- Indicação nº 05/12, de 05/12/12, do Deputado Marcelo Cabral, solicitando recuperação da Vicinal 35, no município de Caroebe.

EXTERNOS:

- Email de 03/12/12, da Presidência da Assembleia Legislativa do Amapá, solicitando verificar a possibilidade de agendamento de audiência do Deputado Keka Cantuária, 3º Secretário e membro da Comissão que trata sobre a federalização da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá/CEA, com o presidente desta Casa de Leis, para tratar de assuntos relativos à federalização da Companhia Energética de Roraima/CERR, preferencialmente para dia 05/12/12, pela manhã.

- Ofício nº 1248/12, de 04/12/12, do DETRAN, informando que o diretor presidente dessa Autarquia, Dr. Jorge Everton, encontra-se na cidade de Brasília-DF acompanhando o Senhor Governador do Estado em viagem oficial, com retorno previsto para o dia 07 do corrente, e que, portanto, não será possível sua presença nesta Casa Legislativa no próximo dia 05.

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados e às pessoas presentes que o Deputado Estadual do Amapá **Keka Cantuária** está em visita a esta Casa e ao mesmo tempo colhendo informações sobre a federalização da CER, haja vista que ele preside naquela Assembleia, comissão que trata desse assunto. Bem-vindo, Senhor Deputado à nossa Assembleia e ao nosso Estado.

Nós temos dois Deputados inscritos, mas vamos quebrar o protocolo, franquearemos a palavra ao Deputado **Keka Cantuária** para sua explanação.

O Senhor Deputado Estadual do Amapá (**Keka Cantuária**)

– Bom dia a todos do Estado de Roraima. Presidente Guerra, é uma satisfação poder estar aqui com vocês; Meu coração fica muito alegre pela receptividade recebida na Assembleia Legislativa, o respeito que me foi demonstrado.

A intenção do Estado do Amapá ao me encarregar nesta missão, ligada também à questão da Companhia Energética de Roraima, é por uma simples similaridade de ter que travar problemas relacionados à questão de passagem de controle acionário da companhia de eletricidade do nosso Estado com a similaridade de passagem de controle acionário da empresa de energia elétrica com o tema chamado federalização. No meu entendimento as questões de federalização, que estão ocorrendo

em diversos estados brasileiros, se prendem a uma nova filosofia do Governo Federal diante do sistema estratégico de energia elétrica no País. O Governo Federal está chamando para si o controle para, lá na frente, privatizar o sistema elétrico nacional. Nós que vivemos na Amazônia com sistemas isolados no caso o Estado do Amapá, Roraima que vivem grandes dificuldades, onde a maioria, inclusive, é ocupada por áreas de preservação ou são áreas indígenas, ou seja, pouco espaço teremos para fazer investimentos dentro do nosso Estado.

A questão da federalização é um remédio tão amargo, como são as outras medidas tomadas pelo Governo Federal no caso das Medidas Provisórias da 577 e 579, onde nos impõe uma espada para questão da caducidade. Ora, se o próprio Governo federal nos impõe desde 2004 o congelamento das tarifas, mas não congela os valores do fornecimento de energia elétrica para que o Estado faça a distribuição através das suas companhias. Ele já está massacrando o Estado para que ele possa estar incluindo, inclusive, suas dívidas. A dívida do Estado do Amapá é imensamente maior do que a do Estado de Roraima. Nós vamos fazer um empréstimo de um bilhão e quatrocentos milhões para fazer frente aos pagamentos dos atrasados e dos passivos existentes no nosso Estado. Esse empréstimo será autorizado pela Caixa Econômica Federal. Eu acredito que nesse processo de federalização, a Caixa Econômica é um instrumento que está sendo utilizado para poder controlar com esses pagamentos as ações para essas empresas cujo controle acionário está sendo passado para a PETROBRÁS. Aqui os valores são bem menores, conforme mantive conversa os com sindicalistas. O protocolo de intenções que tenho em mãos onde consta o que está sendo travada, quanto ao Plano de Contingência. Seria interessante que todos os Deputados pudessem ter em mãos para que se aprofundasse a questão desse Plano de Contingência, a forma como está sendo arrebentado este Estado. O Estado do Amapá tem sofrido muito com essa questão, pois trata-se de um Estado isolado, nós ficamos presos nas mãos da ELETRONORTE no fornecimento da energia elétrica. Nós temos uma dívida com a ELETRONORTE de aproximadamente um bilhão e duzentos milhões de reais, quando estamos envolvidos no processo de negociação para tentar reduzir as multas e os juros. Então, vamos chegar num patamar de setecentos e vinte e seis milhões. Os chamados fundos setoriais, na verdade, deveriam ser assumidos pelo Governo Federal, e nos colocam goela a baixo tanto para o Estado de Roraima quanto ao Amapá pelos Planos Setoriais. RGR e o CCC estão matando os Estados também porque nós vamos ter que pagar, e lá não há negociação, ou você paga ou entra no processo de caducidade. Quando se assina o protocolo da concessão, o patrimônio de sua empresa automaticamente vai procedente no processo que é trabalhado pela caducidade porque você já assinou lá atrás. Então, está se prejudicando o Estado de Roraima, também prejudicando o Estado do Amapá nas suas políticas públicas, portanto deixa de se investir dentro do desenvolvimento econômico social do Estado. No Estado do Amapá, além de um empréstimo de um bilhão e quatrocentos mil, o Estado assinou um protocolo de intenções iguais a este. A única coisa que eu já observei que está mudando aqui, são os números. O protocolo de intenções são os erros que houve lá no Estado de Goiás que tem uma dívida de 6.5 bilhões que está tomando da Caixa Econômica Federal para passar 51% das ações para a Eletrobras. Aqui as negociações, pelo protocolo de intenções, vão passar de 51% do controle acionário.

O Estado do Amapá não tem condições, se for na mesma balança em termos de proporcionalidade, nós não temos recursos para investir na substituição da rede elétrica que é muito antiga, para interligar ao sistema nacional. De 2012 a 2017, entre quatrocentos milhões e seiscentos milhões de reais, e o Estado do Amapá não vai se sacrificar. E a proposta do Governo do Estado é integrar todas as ações, porque, em termos de balança, o prejuízo é imenso para o Estado do Amapá que, além de pagar setecentos e vinte e seis milhões para a ELETRONORTE, vai pagar os fundos setoriais que vão ser mais de duzentos milhões. Nós vamos ter que pagar a fazenda nacional com INSS, PIS que dá em torno de duzentos milhões de reais. Nós vamos ter um prejuízo ainda relacionado aos servidores do nosso Estado, pois temos 11 categorias de servidores. O Governo Federal quanto detiver o controle acionário não quer servidores a não ser aqueles que são concursados na empresa. Todos os demais servidores, o Governo do Estado, inclusive, ainda nem assinou nenhuma proposta relacionado ao plano desse protocolo de intenções, nem no plano de contingência. Então, quais as medidas temos que tomar pela Assembleia Legislativa, justamente, uma das medidas que já foram trabalhadas, como a Proposta de Emenda Constitucional ou também relacionada às questões de emenda que nós podemos fazer nos projetos do Governo para poder

dar cobertura e salvar esses mais de duzentos que são no Estado do Amapá da Companhia de Eletricidade, que a ELETROBRÁS não deseja quitar, quando tiver o controle acionário da empresa. E o famigerado FUNAQUE, que também está aqui. Neste protocolo de intenções, O FUNAQUE é para gerir os passivos da empresa, pelo menos em 30 anos. Ora, se nós já vamos ter que pagar um bilhão e quatrocentos mil para a Caixa Econômica para poder fazer frente ao grosso que eu coloquei aqui. Mas a dificuldade que tem nessa questão do fundo, ele é doído. Isto é a parte podre que ainda fica para o Estado, que precisa assumir esses acordos que foram travados entre o nosso Estado e o Estado de Roraima, também, com a ELETROBRÁS, a ELETRONORTE e o Ministério das Minas e Energia. E deixa de legado para o Estado de Roraima e para o Estado do Amapá pagar o empréstimo que vai ser descontado na boca do Caixa do FPE. Vai pagar todos os passivos judiciais que desembocarem no fundo, porque ainda não temos a dimensão de quanto é o passivo. Tenho quase certeza que aqui também ainda não sabem porque são passivos judiciais; são passivos trabalhistas; são passivos civis; são passivos relacionado à questão de fornecedores. Então, é muita coisa que os Estados estão assumindo sem ter uma garantia plausível de retorno para os Estados. E, muitas vezes, se desconhece a similaridade relacionada à questão da preparação do setor de receita do Estado.

Nessas questões, o Estado do Amapá, não sei se o Estado de Roraima não está preparado para os investimentos da interligação do Sistema Nacional. Se vai investir alguns milhões de reais. No caso do Estado do Amapá, de 2012, agora em dezembro, começa o investimento até 2017 para chegar a 600 milhões de reais. Se a nossa Secretaria de Receita não estiver preparada, todos esses recursos não vão ser compensados para a gente diminuir o valor dos empréstimos dentro do nosso orçamento. O ICMS pode estar sendo prejudicado porque a maior fonte de receita do Estado, tirando as receitas constitucionais, no caso o FPE, é o ICMS, tudo pode ser comprado lá fora, mas nós não vamos nos beneficiar dos investimentos da ELETROBRÁS dentro dos nossos Estados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Eu gostaria de saber, já que o processo do Amapá está mais avançado. Pelo que eu estou lhe escutando atentamente, eu gostaria de saber, com que a União, a ELETROBRÁS estão entrando nessa transferência? Até então, eu só estou vendo os endividamentos, os compromissos do Estado, o problema dos funcionários, o problema do ICMS. Eu gostaria, já que Vossa Excelência está mais a par, é o relator do Amapá, com qual investimento que a ELETROBRÁS está entrando no Estado do Amapá, através de sua companhia de energia?

O Senhor Deputado Estadual do Amapá (**Keka Cantuária**) – Bom, o controle, ainda, da concessão é da Companhia de Eletricidade. Como os sistemas isolados devem desaparecer até o meio do ano que vem, no nosso caso, talvez não seja diferente daqui, onde integra o sistema sim. É o sistema interligado nacional, onde os sistemas isolados se integram a esse linhão. A dificuldade do nosso Estado, no caso, já é travado em duas peculiaridades. Ou melhor, três. A primeira ameaça de caducidade. A segunda, que é questão muito forte da caducidade, que é a maior ameaça.

A questão dos investimentos na substituição da rede que abastece as cidades e as localidades, mas o estado do Amapá não tem condições de investimentos para substituição dessa rede. O que é que a ELETROBRÁS está trazendo de benefício para essas questões? Primeiro, eles vão fazer os investimentos necessários com a passagem do controle acionário para substituição da rede para interligar o sistema, pois hoje as nossas redes não aguentam um novo sistema que está sempre vindo do linhão. Daí a maior dificuldade que nós temos relacionada a essas questões. O Estado do Amapá, se ficar com o controle acionário, nós não temos condições de fazer esse investimento. Outra dificuldade é o congelamento da tarifa, que, aqui, já está desde 2010. Nós estamos desde 2004 com o congelamento de tarifas. Nós compramos energia mais cara da ELETRONORTE, mas não podemos vender a energia reajustada porque a nossa tarifa está congelada em tornos de 95%. Isso vai ser dolorido para o povo do Estado do Amapá. O que aconteceu em termos de similaridade no Estado de Goiás foi, mais ou menos, assim: Fez o controle acionário pelo acordo de gestão, que deverá ocorrer por aqui imediatamente, quando fez assinatura do acordo de gestão, a tarifa descongelou no outro dia. E faz com que o Estado de Roraima e o Estado do Amapá venham sofrer com esses percalços, se a própria legislação já dá amparo para as concessionárias terem condições de funcionar. O Governo Federal trava através da ANEEL, não dá os reajustes das tarifas, não autoriza, para que se entre num processo negativo de atuação no mercado.

Ora, a outra dificuldade é você não ter capacidade pelo congelamento, pelos débitos existentes, em participar dos leilões da compra de energia elétrica. O Estado de Roraima não está participando da compra da energia elétrica. O Estado do Amapá também está impedido de comprar energia elétrica no Estado. O que acontece? São as lanças disparadas por parte do Governo Federal em cima dos Estados. Ou você se desfaz das suas ações, ou se cancela a sua concessão, pois você não tem capacidade de comprar energia no mercado. A sua tarifa está congelada. Eu demito os seus servidores e você paga todo o débito existente. Não existe negociação de tirar juros e multa nos débitos existentes. Então, essa é a forma que nós estamos sendo tratados pelo Governo Federal. E o estado tem que limpar tudo, ou a contabilidade da empresa que é negativa em seu patrimônio, ou você investe em capital de giro. Nessas negociações, você vai ter que investir no capital de giro para que as ações tenham condições desses investimentos saírem do patamar zero ou um pouquinho maior para poder disputar no mercado, já passando o controle acionário para a ELETROBRÁS, que, aí sim, a ANEEL vai dar autorização para que você possa comprar energia no mercado.

Então, veja bem, é muita coisa que está sendo travada por parte do Governo Federal, dificultando a vida dos Estados. No meu entendimento relacionado a toda essa imposição praticada nessa nova estratégia adotada pelo Governo Federal, na questão da energia elétrica é puxar tudo para si. Outro setor estratégico, mas depois entregar para o mercado vendendo e privatizando todas essas empresas. É o meu entendimento com relação aos atos do Governo Federal, principalmente com os Estados que estão com problemas, mas que ainda têm o controle das concessões de energia elétrica de distribuição pelos Estados. Então, realmente, é uma situação vexatória, que o Estado do Amapá está passando. Vexatória porque vai tirar do estado aquilo que ele tem de melhor, os poucos recursos para poder investir nas suas políticas públicas. O Estado de Roraima pode ser competitivo futuramente, se ele não tiver essas condições. Ele não tem condições. Tanto no Estado do Amapá como no Estado de Roraima, exato no Estado do Acre, todos os ex-territórios, têm a capacidade de investimento do desenvolvimento econômico social, onde sempre se diz que energia elétrica era o fator primordial. Aí, o Governo Federal diz que vai integrar o sistema nacional e pega todas as empresas para poder dar essas condições, dá as condições porque vai investir, não vai faltar energia elétrica no nosso Estado. Essas termoelétricas vão desaparecer com o linhão. Nós vamos ter capacidade de atrair investimentos para o nosso Estado, vamos ter essas condições porque teremos condições de ter energia elétrica, mas nós temos de fazer o dever de casa, e nós não fizemos. Nós tivemos a utilização das nossas empresas em má gestão, porque utilizamos as nossas empresas nas políticas para elegermos muitos candidatos. Essa prática temos que reconhecer. O Estado do Amapá sempre utilizou a empresa para eleger um monte de políticos que hoje não assumem responsabilidade dentro do nosso Estado. Levamos o Estado do Amapá à bancarrota com essas práticas. Infelizmente, para a gente poder fechar aqui, se alguém quiser fazer alguma pergunta a mais. Nós vamos pagar um débito de um bilhão e quatrocentos milhões de empréstimos na Caixa Econômica. Nós vamos ficar com o chamado FUNAC, que é um Fundo, onde nós vamos gerenciar até por 30 anos de pagamento. Vamos ter um depósito imediato de dez milhões de reais, dentro do fundo. O que nós ainda não sabemos, são as dívidas todas, e esse valor é reajustado anualmente, até o encerramento de todos os passivos existentes. Além da gente pagar tudo isso, nós vamos ter um prejuízo social, pois a ELETROBRÁS não quer ficar com os servidores que estão na companhia. Nós vamos encerrar o controle acionário da empresa onde nós não vamos ter mais gestão da empresa de eletricidade, isso se o estado quiser fazer um outro investimento em alguma região, ele vai ter que pegar os recursos no seu orçamento e entregar para a companhia de eletricidade para ela poder fazer os investimentos necessários. São desvantagens de velocidade que enfrentamos na questão dos investimentos. Então, são muitos prejuízos que os estados pequenos ou aqueles estados que estão com problemas de débito junto à União, na questão de distribuição de energia elétrica, que vão ter que assumir, infelizmente, essas questões. Eu digo, lá no nosso estado, um mal menor, ainda, é a federalização, porque com a caducidade, só fazendo um lembrete nessas questões, nós temos o processo de caducidade da Companhia de Eletricidade do Amapá desde 2007, isto é, foi o início do processo de caducidade da Companhia. Hoje, se esse protocolo de intenções não for cumprido, nós teremos o processo da caducidade, deslançado, fechado. Hoje a nossa dívida sai de um bilhão e quatrocentos, hoje, pelo mercado, o valor dado de empréstimo, são três bilhões e trezentos milhões. Então,

para o Estado do Amapá, hoje, a saída é onde nós vamos perder menos, porque a parte podre já está com o Estado do Amapá, com a federalização. Infelizmente, essa situação é a que nós estamos enfrentando no Estado do Amapá. Aqui, não é muito diferente pelo o que eu já consegui ler, o prejuízo relacionado à questão dos servidores, o prejuízo que a empresa vai ter com o empréstimo para aportar recursos para capital de giro e, também, aportar recursos para poder integralizar as ações no mercado, para que a empresa seja competitiva e passe nesse acordo de gestão para a ELETROBRÁS. Então, essa situação não é muito diferente a do Estado do Amapá com relação ao Estado de Roraima, não muito diferente a do Estado de Goiás, que teve que aportar um empréstimo de seis bilhões e quinhentos milhões para, ainda, continuar fazendo parte do controle acionário da empresa do Estado de Goiás. Recebi aqui, inclusive, do Sindicato dos Urbanitários, estamos fazendo juntos um trabalho com essa preocupação, quando o Presidente da Casa referiu-se a uma proposta de Emenda Constitucional para poder dar guarida aos servidores também da Companhia de Eletricidade. Lá, nós temos, também, servidores do ex-território que atuam na Companhia, são servidores que foram colocados, através de uma lei, vindos de uma empresa que prestava serviços para a Companhia de Eletricidade, foram amparados por essa Lei. Estão na Companhia, mas a ELETROBRÁS está dispensando todo esse pessoal pelo acordo travado nesse protocolo de intenções. Realmente, é muito doído, infelizmente a gente tem uma batata quente na mão, e ainda a mão continua assando. Ela continua assando mediante duas situações: ou a gente se livra de uma vez por todas, ou nós vamos sofrer percalços, inclusive, maiores. É o fogareiro assando toda a batata. Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Hoje, à tarde, estaremos juntos com a Presidente da Companhia revendo algumas situações relacionadas à questão para estudarmos onde nós poderemos perder menos, não perder tudo aquilo que nós já temos. Saber aplicar dentro do Fundo, é um exemplo que nós estamos levando para o Estado do Amapá e que vai servir, inclusive, vou colocar para a Presidente da Companhia de Eletricidade que a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado são fundamentais nessa questão do Fundo. Cada ação que o estado, digamos, venha perder depois de recorrer a todos os caminhos legais. Os valores são altos, a Procuradoria e a Secretaria de Estado da Fazenda baixaram um acordo, através de um decreto, para poder negociar os passivos. Não pode ser só a decisão judicial, você quer receber de uma vez? Você entra no processo de desconto que é muito interessante, porque o estado vê essa questão. Se a justiça bater o martelo, que são dois milhões de reais, que é o passivo que ficou definido. O Estado pode negociar através de parcelamento ou através do pagamento à vista, mas tem uma tabela a ser trabalhada. Essa ideia nós vamos apresentar para ser levada até o administrador do Fundo, que é o secretário da Fazenda, onde o Estado pode negociar e vir a perder menos. Queremos perder menos na questão dos servidores, nos passivos, na questão do pagamento do principal. Foi com esse objetivo que viemos com vocês, quer dizer, buscar esse subsídio desnecessário nessas negociações que estão sendo travadas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes. O Deputado Marcelo Natanael pediu para que eu intercedesse junto à Secretaria de Educação sobre os problemas das obras em andamento, e as que estão programadas, PAR, e ainda sobre o que está no orçamento do Estado para ser reformado ou ampliado. Comunico aos colegas que eu estou com o relatório sucinto e completo, quem quiser, procure na Secretaria de Educação a cópia de tudo que está programado até 2015.

Vou falar também sobre o plano de cargos e salários da Secretaria de Educação que já está na Casa. Convido todos parlamentares presentes para participar da reunião da Comissão de Educação, a Secretaria de Educação se fará presente, às 16 horas, na sala de reunião. Na oportunidade vai apresentar o Plano de Cargos e Salários, será o momento para tirarmos as possíveis dúvidas, e discutir juntamente com a Secretária de Educação o referido plano. A nossa preocupação baseada nos comentários que ouvimos: trazemos o Secretariado, os planos se discutem, e depois vêm questionar o que já foi discutido, mas na oportunidade não se trouxe solução.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – gostaria de complementar a ideia sobre o convite aos Deputados, que lhes é feito, mas quando chega a hora da reunião comparecem apenas 2 ou 3, às vezes 5, dois falam e vão embora, não há discussão do tema em questão. Então é muito importante que todos compareçam à reunião.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – É interessante que haja discussão na Comissão, quando a matéria vier ao plenário já facilite o entendimento. Há 4 pontos polêmicos mas já é consenso.

Faço apelo a todos colegas com relação ao Projeto de Lei que regulamenta o reconhecimento interno dos professores que fizeram curso de mestrado em outros países, para que o Estado reconheça o diploma. Veja bem, não tem nada a ver com CAPES, com as Universidades. O Projeto é para o Estado Reconhecer. O Projeto está aberto, não é um projeto fechado. No meu entendimento a regulamentação é criada pelo Governo, a gente aprova a lei, o Governo Regulamenta a situação dos 46 professores. Só para Vossas Excelências terem uma noção, curso de pós graduação, cuja duração, em média, de dois anos. O Estado, para oferecer um curso de pós graduação em Boa Vista, gasta, em média, um milhão de reais, incluindo contratação de professores de fora, hospedagem, alimentação e passagem. Nós temos 56 professores com mestrado, professores formados em universidades de referência na Espanha, e outros países na Europa, com reconhecimento no mercado europeu. Grande parte desses professores cursaram fora com a anuência do Estado, se o Estado autoriza a fazer um curso de mestrado no exterior e o candidato ao voltar, representa um investimento que o Estado fez com o seu quadro de técnico, não tem como regulamentar a sua situação. Nós não estamos pedindo para esse projeto entrar na pauta de amanhã, nós não estamos pedindo para criar aumento na folha de pagamento na Secretaria de Educação, porque já existem recursos, todos os anos, no orçamento da Secretaria de Educação para que todos, que têm concluído uma graduação, em automático, para isso já há recurso. O que nós precisamos fazer é reconhecer. Não podemos perder essa mão de obra. O Amapá já deve estar avançando com essa lei.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Este é o aspecto que eu considero relevante para o Estado de Roraima. Além do que Vossa Excelência estar colocando, eu adicionaria mais uma situação. Nenhum Estado vai progredir se não investir no recurso humano. Então, sabemos que temos deficiências qualitativas. Então não podemos ficar nos dando ao bel-prazer em recusar o reconhecimento aos professores que fizeram o esforço pessoal para irem até o exterior buscar a sua formação. Ainda tem um outro aspecto, em relação ao qual, o processo de reconhecimento no país, é extremamente burocratizado e moroso em função de um corporativismo que toda categoria tem. E por essa experiência passaram os primeiros médicos cubanos. Havia imensa dificuldades para que fossem recebidos. Há sempre o receio por parte dos médicos daqui, em relação aos concorrentes no mercado local. Então por tudo isso, esta Casa deve concordar com Vossa Excelência e aprovar o Projeto para beneficiar esses 48 profissionais que certamente trarão grande contribuição ao Estado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Então, para se ter uma ideia, nos últimos 10 anos, 8 professores com mestrado e doutorado pela universidade federal que, após formados vão embora. Nós estamos propondo é que seja regulamentado apenas para o Estado de Roraima, não vamos podermos esse quadro de técnico de alto nível, porque não vai valer para outro Estado. Ademais, se nós conseguirmos que o Governo sancione esta lei, o índice de desenvolvimento do ensino básico no próximo exercício, quando for fazer o IDEB, vai mudar significativamente a nossa classificação no Brasil, não ocuparem o 17º lugar com essa mudança nós deveremos ir para o 12º lugar. Vejam bem, nós estamos colocando de uma só vez 46 professores com mestrado, que se formaram no Paraguai, cuja bolsa, o Estado bancou, se formaram nos países que formam o Mercosul, mas os que se formaram na Espanha, a quem o Estado deu todo apoio para estudarem numa universidade de alta referência na Europa. Em relação a Portugal, tem professor que estudou literatura em Coimbra, considerada uma das melhores universidades do mundo em literatura portuguesa. Então, o Estado só ganha, a lei não está fechada. Nós, os da Comissão de Educação, não os vinculamos ao Mercosul, Espanha ou Portugal, deixamos em aberto, para que o governo regulamente a lei, criando critérios para beneficiar especificamente os 46, diferente quando a gente regula para o Estado. Pretendemos assegurar o recurso humano qualificado, pois o Estado investiu, o cidadão investiu em si. É diferente na área federal quando se consegue um doutorado, como exemplo, o Doutor Fernando, que foi Reitor, imediatamente foi embora, assim como ele outros professores que conseguem vagas em outras universidades federais nos Estados do Sul e Sudeste em detrimento do nosso Estado. O Estado vive perdendo mão de obra. Essa é uma proposta, que visa manter uma mão de obra qualificada em nosso Estado e especificamente, na área da Educação onde o Estado necessita de investimento. Então, são assuntos que gostaria de esclarecer, para que amanhã a gente não veja alguém subindo na Tribuna para dizer que a escola tal está caindo, a escola tal está.... aqui está detalhadamente projetada a construção, ampliação, as redes elétricas

estão sendo substituídas, o governo federal liberou as centrais de ar condicionado, mais não liberou o dinheiro para instalar a rede. Então, espero que qualquer parlamentar que queira, solicite verbalmente à Comissão de Educação que nós forneceremos o detalhamento de tudo que está projetado até 2015. Dessa forma, evita que amanhã alguém venha fazer críticas sem conhecimento. Deputado Marcelo me pediu, solicitei da secretária e veio detalhadamente. A minha preocupação com a federalização e principalmente com o recurso humano. A segunda preocupação se deve à explanação que ouvi sobre o custo da energia que vai subi acentuadamente para as pessoas que vivem no interior do Estado de Roraima. E o pior, conforme ouvi, não há uma solução mágica para resolver esse problema sem federalizar. Entendo pela posição do colega do Amapá, é que precisamos encontrar mecanismo para chegarmos a perder menos e ganhar um pouco mais. Então, a nossa preocupação é com o recurso humano que contribui para o desenvolvimento do nosso Estado, funcionário que durante mais 30 anos servem a CER e ao povo de Roraima, principalmente, a CER no interior, onde estão as pessoas mais carentes, que também precisam de energia. O nosso processo aqui é diferente ao do Amapá. O sistema, mesmo sendo isolado, temos sistema isolado que não interliga o Brasil, também temos sistemas isolados dentro do nosso sistema isolado, que é o caso do Baixo Rio Branco, caso de algumas malocas. É a preocupação que manifesto, e agradeço por terem me escutado. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, ao me posicionar a respeito da possível federalização da CER, considero depois das explicações do Deputado Keça, após ter lido algo sobre o protocolo de intenções que, a meu ver, muito sabiamente os Sindicatos do Humanitários de protocolo com má intenções contra ao Estado e contra a empresa, Centrais Elétricas do nosso Estado, quero dizer que essa operação em curso, poderíamos compará-la com o Cavalo de Troia. Na luta entre Atenas e Troia, os gregos para surpreender os troianos construíram um belíssimo cavalo de madeira, em cujo bojo foram colocados vários soldados. Os troianos os levaram para dentro das muralhas da cidade, a população desconhecendo o que havia dentro daquele cavalo bonito, se surpreenderam com a força militar descomunal que acabou derrotando a cidade de Troia. Pois, eu considero esse protocolo de intenções, pelo menos, se for levado à conclusão, será uma operação, semelhante à história que acabei de contar. Só para vocês terem uma ideia, eu pincei algumas coisas desse protocolo de intenções, tão alardeado pelo governo do Estado através da mídia, que eu fiquei feliz porque imaginava que iríamos tirar a CER de uma situação de dificuldades, que iríamos resolver os problemas dos servidores, os problemas da distribuição, da inadimplência, enfim a tão sonhada federalização da CER. Agora vai sair, porém, não creio que isso aqui seja plausível, que seja bom para o Estado, porque realmente não será se o contrato for assinado nas bases como aqui estão. A CER terá que arcar integralmente com as perdas financeiras que vierem a ocorrer direta ou indiretamente, decorrentes da não realização ou atraso das atividades relacionadas acima. Outro item: A CER terá que oferecer garantias eficazes para a adimplência dos órgãos e empresas públicas estaduais de suas contas de energia com a CER, bem como, através de recursos do contrato de financiamento, as faturas de energia elétrica pendentes na data de assinatura deste com órgãos da administração direta e indireta, autarquias, empresas de economia mista, fundações do Estado, vinculadas ao sistema de distribuição da CER. Imaginem a prefeitura do Amajari, Uiramutã, que não têm dinheiro sequer para recolher o lixo, vão ter que pagar uma conta de dez, quinze anos sabe Deus de quanto será essa conta, para poder, depois que o Estado sanear essa conta, através de um empréstimo, que com certeza endividará mais ainda o Estado, entregando 51% das ações da CER para a ELETROBRAS. Isso é um acinte. Depois disso tudo sanado, vem a questão das tarifas que estão congeladas há algum tempo, a ELETROBRAS, com certeza, terá que adotar as tabelas da ANEL, fazer os reajustes que a ANEL, preconiza, isso sobremaneira elevar o valor dessas tarifas como o colega do Amapá se referiu no seu discurso. A CER terá que aportar recursos financeiros suficientes na CER de forma que esta mantenha a integral adimplência de todos os seus fornecedores, de bens, capitais, o pagamento de eventuais passivos contenciosos até a efetiva compra das ações da ELETROBRAS. Aqui estão inclusos, com certeza, passivos trabalhistas, precatórios, enfim tudo. Nós não vamos ganhar nada com isso, a não ser uma conta acima de 650 milhões. É o que se fala ser necessário para sanear a CER e entregar para a ELETROBRAS sem ter nenhuma contrapartida por parte do sistema ELETROBRAS. É semelhante a conta do Luiz Gonzaga, letra de uma das suas músicas:

um pra eu, um pra tu, um pra eu; um pra eu um pra tu e um pra eu. Então, só beneficia à ELETROBRAS. Está aqui a que eu considero uma das mais graves no protocolo de intenções. Comprometer-se a buscar autorizações governamentais e legais necessárias para obter o perdão de juros, multas e demais acréscimos por ventura existentes na dívida de ICMS da ELETROBRAS junto ao Estado, observada a legislação aplicável em reciprocidade com a ELETROBRAS pelo cumprimento da cláusula 6.3. Esta semana deparávamos aqui com outro problema de renúncia de receita. Aí chega a ELETROBRAS e diz que vai ser boa com vocês, mas vocês terão que renunciar aos créditos de ICMS que por ventura a gente deva ao Estado. Tudo isso está dentro deste pacote de intenções. Muito me surpreende é o governo do Estado junto com seus técnicos aceitar pelo menos a assinarem uma porcaria dessa. Eu não tenho coragem de assinar um protocolo de intenções dessa natureza.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Essa questão está posta para a gente discutir. Vão ser encaminhadas para a Assembleia Legislativa as leis, no mínimo, que precisamos votar para tornar viável essa federalização. A única pergunta que faço é qual seria a outra solução a seguir? O que me preocupa é que a gente tem uma posição que eu você, a grande maioria entende como inviável para o Estado, mas por outro lado não temos uma solução a curto prazo para essa questão. A discussão é salutar, através do debate, a gente pode encontrar uma outra solução que não essa que a ELETROBRAS está oferecendo.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Confesso que não sei qual é a solução. Agora eu digo a Vossa Excelência com toda certeza, que todos os meus colegas são responsáveis, mas essa solução aqui não é viável para o Estado nem para a CER. Não sei qual seria, vamos discutir, buscar outras alternativas, aí sim a gente poderia ver um modelo. O governo poderia fazer um empréstimo de 650 milhões, Deputado Flamarion? Não podia, mas já fez, então, vamos repassar o dinheiro para a Eletrobras que vai se encarregar de tudo, ver a questão de passivo trabalhista, porque ele quer que o Estado resolva o problema da CER, que vai custar mais ou menos 650 milhões ou talvez mais, e depois, quer que ainda fique responsável por uma série de passivos que tem aqui como é a questão dos servidores. Eles vão redistribuir, devolver os servidores da União, vão aproveitar apenas 65% dos servidores que lá estão e os demais serão demitidos, para reduzir o gasto com vínculo e cargos comissionados na ordem de três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil. É reverter a disposição do Estado de Roraima, para que ele possa assumir os custos dos servidores da União, dos colaboradores pertencentes ao grupo chamado cedidos federais, as pessoas que acreditávamos pertencerem à União, era bacana, e que, sendo da União, permaneceriam na CER. Eles não querem, porque não querem assumir a questão de verba remuneratória, auxílio alimentação, essas coisas que competem à CER, e não à União. Dispensar o Estado de Roraima assumir 2% dos efetivos reduzindo a conta de pessoal em mais de quatrocentos e vinte e cinco mil por ano, reduzir um cargo de conselheiro na administração e do conselheiro fiscal, extinção de cargos PPE, que não sei o que é, com economia de quatrocentos e dez mil por ano, dispensar 19 funcionários do TAC, reduzindo acima de dois milhões, cento e vinte e cinco milhões, e dispensar 10% dos serviços prestados, apresentando uma redução superior a um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, quer dizer, parece que todos os pecados recaem sobre os servidores da CER que estão lá há tanto tempo, prestando serviços em uma empresa que tem muitas dificuldades e assim mesmo eles continuam. Quantas vezes já encontramos carros da CER quebrados mas vicinais, sem vara de manobra para ligar as tabocas, eu mesmo já comprei vara de manobra e doei para a CER do Município do Amajari, pois, as tabocas caíam e a população ficava sem energia. Perguntei várias vezes por que não iam lá ligar a energia. Respondiam que era porque não tinham vara de manobra. Enfim, uma série de deficiências da CER, conforme sabemos. Mas, é preciso regularizar a situação da CER, temos consciência disso, agora, através desse protocolo de intenção, não creio que a Assembleia Legislativa vai fazer essa maldade nem com o Estado de Roraima e nem com os servidores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Deputado Ionilson, o problema da CER é tão sério que, em um passado bem recente, na enchente do Município de Caracará, dois servidores foram acidentados, um dos quais perdeu os dois braços. Na verdade, não sei ainda que medidas a instituição tomou com relação ao cidadão, sei que está aposentado, acamado, e simplesmente não apresenta mais aquela vida e aquela disposição de antes. Acho que precisamos aguardar

o Projeto chegar na Assembleia, mesmo que o protocolo de intenções já esteja aqui. Não podemos nos limitar na Assembleia a aprovar projetos para prejudicar servidores. Essa tarefa não podemos fazer. O servidor é quem rege a doutrina do Estado. Acredito que, diante de uma configuração dessa, diante de uma circunstância que estamos vivendo, diante de um impasse político e financeiro que o Estado enfrenta, acho que a Assembleia Legislativa deve maduramente analisar esse projeto, inclusive, com a presença do senhor governador na Assembleia. E, quem sabe, até criar uma Comissão para analisar o projeto, para não tomarmos nenhuma decisão precipitada, para que amanhã se constitua em um grande problema contra o nosso Estado e a bandeira que tanto defendemos. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – continuando a leitura do protocolo de intenções, ele ainda fala aqui que, se o Governo não for adimplente com os aportes dos recursos, pois, esses recursos deverão ser aportados em mais de uma vez, se o Estado for inadimplente, ele cancela o contrato que se torna sem efeito. Já temos um histórico de não muito bom pagador dos compromissos, diga-se de passagem, as questões relacionadas com o recolhimento do IPER, o Estado pediu o parcelamento, a secretaria de saúde pediu o parcelamento para recolher a parte patronal para o IPER, que foi concedido pelo conselho do IPER, mas o Estado atrasa o parcelamento que ele pediu para fazer porque não tinha dinheiro. Imagine, atrasar aquilo que está aqui dentro do protocolo de intenções. É um desastre. Para quem já não tem um histórico de bom pagador, podem ter certeza de que nós vamos levar o Estado para uma situação muito difícil, ainda bem que é só um protocolo de intenções, que não é nada formal. Mas, confesso, fiquei surpreso quando li isso aqui, foram os técnicos do governo que assinaram tal protocolo e o governador também. Técnicos como Haroldo Amoras, Renato Maciel, Anchieta Júnior, Tiyrone Mourão Pereira, a Presidente da CER, enfim, não entendo por que assinaram, no mínimo, deveriam ter discutido melhor esse protocolo de intenções, mas, segundo o Deputado Estadual Keka disse, o modelo está pronto, porque do Amapá é a mesma coisa, só mudam os valores. Então, o Amapá, no mínimo, vai ter que se juntar a Roraima para rediscutir o protocolo de intenções. Não acredito que a Assembleia do Amapá também tem intenção de aprovar uma coisa desse tipo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Vossa Excelência foi feliz nas suas colocações, dizendo que, em Roraima, as pessoas têm o costume de pagar com atraso as coisas, sabemos que as prefeituras já vem atrasando o pagamento dos funcionários há muito tempo, governos anteriores não pagavam o IPER, o Governador ANCHIETA está pagando, com dificuldades, mas está. Está atrasando os pagamentos dos servidores, mas está pagando. Então, o atual governo, honra seus compromissos, não podemos dizer que o Governador Anchieta não honra compromissos, honra sim, paga com dificuldade, mas paga. Então, este governo tem credibilidade, é preciso deixar registrado isso. Nós estamos fazendo uma coisa que é muito importante para o futuro deste Estado, e faço questão de deixar registrado. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Deputado George, quando disse que o estado de Roraima não tem histórico de bom pagador, não me referi especificamente ao governo de Anchieta Júnior, acho até que ele talvez seja o pior deles. O governo de Flamarion atrasa as coisas, também o governo de Neudo, o governo de Ottomar. Eu quis dizer é que o Estado não tem histórico de bom pagador, inclusive, este governo que está aí, Vossa Excelência conhece a situação, não estou dizendo nenhuma inverdade. Era isso que tinha para hoje, senhor Presidente, espero que esse protocolo de intenções seja exaustivamente debatido nesta Casa, temos que ter responsabilidade,

temos que discutir com o governo, qual o problema em discutirmos com ele sobre isso? Isso não é um problema de situação ou de oposição, ou de grupo político A, B ou C. É uma questão de Estado, e o Estado de Roraima é maior do que qualquer um de nós que está aqui dentro, e a CER precisa ser preservada. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Não havendo mais nenhum orador inscrito, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do projeto de Lei nº 049/12, que “Cria os cargos de cirurgião-dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”, de autoria governamental; do Projeto de Lei nº 054/12, que “Altera dispositivos da Lei nº 017, de 25/06/92, que dispõe sobre a composição e organização do Conselho Estadual de Saúde”, de autoria governamental; e discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar Estadual nº 142, de 29/12/08, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26/01/11, pela Lei Complementar Estadual nº 177, de 05/05/11, pela Lei Complementar Estadual nº 189, de 02/12/11 e pela Lei Complementar Estadual nº 195, de 22/03/12, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça. Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões, em conjunto, possam analisar e emitir parecer às matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei 049/12 juntamente com os Pareceres das Comissões em Conjunto .

O Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier procede à leitura do Projeto 049/12 e do Parecer da Comissão e suas emendas.

Lido o Projeto com parecer e emendas.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Coloco em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, em votação. Coloco em votação o Projeto de Lei nº 049/12. Solicito a abertura do painel para votação, que será eletrônica e nominal, votando sim estarão aprovando a matéria, votando não estarão rejeitando a matéria. Em votação.

Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 049/12, por quatorze votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei 054/12 e do Parecer da Comissão em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 054/12.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 054/12. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, submeto à votação o Projeto de Lei nº 054/12. Solicito a abertura do painel para votação, que será eletrônica e nominal. Votando sim estarão aprovando a matéria, se votarem não estarão rejeitando a matéria. Em votação.

Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 054/12, por treze votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Passaremos agora para o expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar o expediente de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, e convocou outra para o próximo dia 06 à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Rodrigo Jucá.**

Aprovada Ata Sucinta em: 11/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

А Собрание Законодательное
 Рораймы